

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2020 e Relatório dos
Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras	1 - 3
Balancos patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	10 – 28



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e aos Administradores da
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.
Barcarena - PA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. (Sociedade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.784	3.889
Tributos a recuperar	4	<u>31</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>20.815</u>	<u>3.889</u>
Não circulante			
Tributos a recuperar	4	3.105	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.a	2.885	106
Despesas antecipadas		<u>-</u>	<u>75</u>
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>5.990</u>	<u>181</u>
Ativos de direito de uso	7	160.541	45.554
Imobilizado	8	75.869	2.589
Intangível		<u>13</u>	<u>-</u>
		<u>236.423</u>	<u>48.143</u>
Total do ativo não circulante		<u>242.413</u>	<u>48.324</u>
Total do ativo		<u><u>263.228</u></u>	<u><u>52.213</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

Passivo	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores nacionais	9	7.670	1.789
Salários e encargos sociais		68	-
Obrigações tributárias	10	561	101
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	60
Dividendos propostos a pagar		-	2
Arrendamentos a pagar	7.b	20.802	-
Total do passivo circulante		<u>29.101</u>	<u>1.952</u>
Não circulante			
Sociedades relacionadas	5	35.000	-
Arrendamentos a pagar	7.b	106.269	-
Total do passivo não circulante		<u>141.269</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11.a	98.258	50.258
Ajuste de avaliação patrimonial	11.b	(5)	(1)
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios		-	4
Prejuízos acumulados		(5.395)	-
Total do patrimônio líquido		<u>92.858</u>	<u>50.261</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>263.228</u>	<u>52.213</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(1.474)	(77)
Outras despesas operacionais		<u>(2)</u>	<u>-</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		(1.476)	(77)
Receitas financeiras	13	119	53
Despesas financeiras	13	<u>(6.817)</u>	<u>(3)</u>
Resultado financeiro líquido	13	<u>(6.698)</u>	<u>50</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.174)	(27)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	6.b	-	(73)
Diferido	6.b	<u>2.779</u>	<u>106</u>
		2.779	33
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u>(5.395)</u>	<u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(5.395)	6
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	11.b	(4)	(1)
Resultado abrangente do exercício		<u>(5.399)</u>	<u>5</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tequimar – Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa- método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(5.395)	6
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	8	6	-
Juros e variações monetárias		6.750	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	(2.779)	(106)
Demais ajustes		(4)	-
		<u>(1.422)</u>	<u>(100)</u>
Aumento no ativo circulante			
Tributos a recuperar	4	(30)	(1)
Aumento no passivo circulante			
Fornecedores nacionais	9	5.881	1.788
Salários e encargos sociais		68	-
Obrigações tributárias	10	460	101
Imposto de renda e contribuição social		-	62
(Aumento) diminuição no ativo não circulante			
Tributos a recuperar	4	(3.105)	-
Despesas antecipadas		75	(75)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(60)	(2)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.867</u>	<u>1.773</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	8	(67.698)	(2.589)
Aquisição de intangível		(14)	-
Custos diretos iniciais de ativos de direito de uso	7	-	(45.554)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(67.712)</u>	<u>(48.143)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de arrendamentos	7	(253)	-
Dividendos pagos		(6)	-
Aumento de capital	11.a	48.000	50.258
Sociedades relacionadas	5	35.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>82.741</u>	<u>50.258</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>16.896</u>	<u>3.888</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	3.888	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	20.784	3.888
Transações sem efeito caixa:			
Adições em ativos de direito de uso	7	120.574	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Tequimar - Vila do Conde Logística Portuária S.A. (“Sociedade”), constituída em 20 de maio de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, localizada na Rodovia PA 481 – Km 2.3, Vila do Conde, no VDC12, Porto de Vila do Conde, na cidade de Barcarena, Estado do Pará e tem como principal atividade a movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos, especialmente combustíveis, sendo permitida também a participação em outras sociedades.

a. Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020. Para conter a disseminação do vírus no Brasil, o Ministério da Saúde (MS) e os governos estaduais anunciaram diversas medidas para reduzir a aglomeração e movimentação de pessoas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, parques e áreas comuns. Diante desse cenário, a controladora Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”) constituiu Comitê de Crise para acompanhamento e monitoramento dos principais riscos e potenciais impactos e adoção de medidas preventivas e emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia na Sociedade.

Desde o início da pandemia do coronavírus, a Sociedade atuou em inúmeras frentes para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores e parceiros, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira. Todas as atividades da Sociedade são classificadas como essenciais no contexto das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia.

A Sociedade adotou com agilidade o regime de *home office* para o público administrativo, com todo o suporte necessário para a continuidade operacional. Além das preocupações básicas de segurança com os colaboradores, as empresas praticaram diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, como *lives* direcionadas, apoio psicológico e preocupação com a ergonomia, seguindo o princípio de valorização das pessoas.

Por meio de um comitê multidisciplinar, foi estruturado um plano de retomada gradual para a volta dos colaboradores das áreas administrativas aos escritórios, a partir da adequação dos locais de trabalho através de inúmeras medidas preventivas e intensificação da limpeza e segurança, conforme as orientações dos governos estaduais e municipais e entidades de saúde.

Com o objetivo de preservar o compromisso de manter os colaboradores nos respectivos postos de trabalho e mitigar os impactos da crise, a Sociedade se adaptou às flexibilizações trabalhistas anunciadas pelo governo, como redução de jornada e/ou de salário, suspensão de contratos e reorganização do plano de férias, conforme necessidade.

As medidas emergenciais e rapidez na resposta aos primeiros efeitos da crise, bem como as iniciativas de apoio à cadeia de suprimentos, foram efetivas para manterem as atividades em operação, garantindo a entrega dos serviços essenciais para a população e preservando a saúde e segurança dos colaboradores e parceiros.

Permanece incerto até que ponto as informações financeiras, após 31 de dezembro de 2020, ainda possam ser afetadas pelos impactos comerciais, operacionais e financeiros da pandemia, pois dependerá de sua duração e dos impactos nas atividades econômicas, bem como das ações governamentais, empresariais e individuais em resposta a crise. Nesse contexto, algumas avaliações de riscos financeiros, projeções e testes de redução ao valor recuperável, em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, podem ser impactadas pela pandemia e podem afetar adversamente a posição financeira da Sociedade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

A receita de serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual a Sociedade espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho.

As receitas de serviços prestados de armazenagem são reconhecidas no resultado em função da sua realização. O custo dos serviços prestados inclui o custo de armazenamento.

A Sociedade está em fase pré-operacional e, portanto, ainda não possui receita de prestação de serviços.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 3 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade.

c. Ativos financeiros

A Sociedade avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação, quando aplicável. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros da Sociedade, vide nota explicativa nº 14.

d. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade reconhece no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 7). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato, sendo contudo capitalizada na linha de imobilizações em andamento enquanto estas ainda não estiverem em condições operacionais. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

A Sociedade aplica as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

e. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 8).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 8, que levam em consideração a vida útil dos bens, e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

f. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, demais contas a pagar e arrendamentos a pagar. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

h. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 6.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

i. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade utiliza as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

j. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº, 2.c, 2.g, 3 e 14), realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.h e 6.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.d e 7) e vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.e e 8). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

k. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado.

A Sociedade não registrou redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados.

l. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade apresenta os juros pagos sobre arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos, e apresenta nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

m. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC

Não existem normas, emendas às normas e interpretações emitidos pelo CPC que sejam efetivas e que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 que não tenham sido adotadas pela Sociedade.

n. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Reunião de Diretoria da Sociedade em 10 de junho de 2021.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 14 conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade.

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 20.784 em 2020 (R\$ 3.888 em 2019) e estão distribuídos conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos		
Em moeda nacional	890	87
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa		
Em moeda nacional		
Títulos de renda fixa	<u>19.894</u>	<u>3.801</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>20.784</u></u>	<u><u>3.888</u></u>

4 Tributos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do IRPJ e da CSLL.

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS ⁽¹⁾	3.108	-
IRPJ e CSLL ⁽²⁾	<u>28</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>3.136</u></u>	<u><u>-</u></u>
Circulante	31	-
Não circulante	3.105	-

⁽¹⁾ O saldo refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nos 10.637/2002 e 10.833/2003 no montante de R\$ 3.108 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019), cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 5 anos.

A estimativa de recuperação dos créditos do PIS e da COFINS é assim demonstrada:

Até 1 ano	3
De 1 ano a 2 anos	707
De 2 anos a 3 anos	707
De 3 anos a 5 anos	<u>1.691</u>
Total do PIS e da COFINS a recuperar líquido de provisão	<u><u>3.108</u></u>

⁽²⁾ Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade, decorrente das antecipações realizadas a maior, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 1 ano.

5 Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações entre a Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Operações comerciais		Transações
	Mútuos ⁽¹⁾	Fornecedores ⁽²⁾	Despesas
Tequimar Químico de Aratu S.A.	35.000	1.010	1.010
Total em 31 de dezembro de 2020	35.000	1.010	1.010
	Operações comerciais		
	Fornecedores ⁽²⁾		
Tequimar Químico de Aratu S.A.		300	
Total em 31 de dezembro de 2019		300	

⁽¹⁾ A Sociedade efetuou um contrato de mútuos no dia 03 de dezembro de 2020 para com a parte relacionada Tequimar Químico de Aratu S.A. (“Tequimar”), o contrato possui prazo indeterminado, não contém cláusulas de remuneração e respalda o valor de R\$90.000. Até 31 de dezembro de 2020, foram disponibilizados através deste contrato o montante de R\$35.000.

⁽²⁾ Incluídas nas rubricas de “fornecedores nacionais” do balanço patrimonial.

6 Imposto de renda e contribuição social**a. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Sociedade reconhece créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de adições temporárias e prejuízos fiscais. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Operações de arrendamento mercantil	2.209	-
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL a compensar	489	-
Provisões	187	106
Saldos líquidos apresentados no ativo	2.885	106

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	106	-
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	2.779	106
Saldo final	2.885	106

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis do plano da Sociedade, que indica tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, entre outros. O saldo de R\$ 2.885 foram suportados pelo estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal (“CF”) e pelo Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) da controladora Ultrapar.

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes da tributação	(8.174)	(27)
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>2.779</u>	<u>9</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:		
Adições permanentes de despesas	<u>-</u>	<u>24</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u><u>2.779</u></u>	<u><u>33</u></u>
Corrente	-	(73)
Diferido	2.779	106

7 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade possui contratos de arrendamento de áreas portuárias.

a. Ativos de direito de uso

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições e remensurações	Transferências (i)	Saldo em 31/12/2020
Custo:					
Áreas portuárias (*)	-	<u>45.554</u>	<u>120.574</u>	<u>(5.587)</u>	<u>160.541</u>
Cuso Líquido		<u>45.554</u>	<u>120.574</u>	<u>(5.587)</u>	<u>160.541</u>

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adições e remensurações	Saldo em 31/12/2019
Custo:			
Áreas portuárias (*)	-	<u>45.554</u>	<u>45.554</u>
Cuso Líquido		<u>45.554</u>	<u>45.554</u>

(i) Refere-se à amortização do direito de uso a qual está sendo capitalizada, tendo em vista que o terminal está em construção.

(*) Refere-se às outorgas de concessões portuárias, sendo R\$ 45.554 pagos pela Sociedade no 3º trimestre de 2019.

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	31/12/2020
Adições e remensurações	120.574
Apropriação de juros	6.750
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	<u>(253)</u>
Saldo final	<u>127.071</u>
Circulante	20.802
Não Circulante	106.269

Os desembolsos futuros (contraprestação), assumidos em decorrência do contrato de arrendamento mercantil, valorizado a taxa média ponderada de desconto de 7,0651% a.a, estão apresentadas abaixo:

Até 1 ano	27.381
De 1 a 2 anos	27.381
De 2 a 3 anos	27.381
De 3 a 4 anos	27.936
De 4 a 5 anos	28.054
Mais de 5 anos	<u>22.157</u>
	<u>160.290</u>

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O contrato relacionado aos arrendamentos a pagar é indexado substancialmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

8 Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Saldo em 31/12/2020
Custo:						
Adiantamentos a fornecedores	-	-	9.513	-	-	9.513
Máquinas e equipamentos	15	-	7	-	-	7
Móveis e utensílios	10	-	9	-	-	9
Obras em andamento	-	2.589	58.067	-	5.587	66.243
Equipamentos de informática	5	-	102	-	-	102
		<u>2.589</u>	<u>67.698</u>	<u>-</u>	<u>5.587</u>	<u>75.874</u>
Depreciação acumulada:						
Equipamentos de informática		-	-	(5)	-	(5)
		-	-	(5)	-	(5)
Custo Líquido		<u>2.589</u>	<u>67.698</u>	<u>(5)</u>	<u>5.587</u>	<u>75.869</u>

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adições	Depreciações	Saldo em 31/12/2019
Custo:				
Obras em andamento	-	<u>2.589</u>	-	2.589
Custo Líquido		<u>2.589</u>	-	2.589

(i) Refere-se à amortização do direito de uso a qual está sendo capitalizada, tendo em vista que o terminal está em construção.

9 Fornecedores nacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais (*)	6.660	1.489
Sociedades relacionadas (vide nota explicativa nº 5)	<u>1.010</u>	<u>300</u>
	<u>7.670</u>	<u>1.789</u>

(*) Gastos decorrentes substancialmente de terraplenagem, materiais civis, chapas de tanque, armação em aço, formas metálicas.

10 Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	263	-
ISS	162	14
INSS	108	8
PIS e COFINS	20	64
IRRF	8	15
	<u>561</u>	<u>101</u>

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 98.258.475 (50.258.474 em 2019) ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 27 de julho de 2020 houve aumento de capital em dinheiro no montante de R\$ 38.000 e emissão de 38.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 15 de setembro de 2020 houve aumento de capital em dinheiro no montante de R\$ 10.000 e emissão de 10.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalizando o capital social em 31 de dezembro de 2020 em R\$ 48.000 e emissão de 48.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Ajustes de avaliação patrimonial

As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas.

Em 2020 não houve proposta de dividendos, pois a Sociedade apurou prejuízo no exercício.

12 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de terceiros	405	76
Impostos e taxas	371	1
Transporte de pessoal	208	-
Seguro garantia	150	-
Anúncios e publicações	80	-
Material de manutenção	93	-
Outros	167	-
	<u>1.474</u>	<u>77</u>

13 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	119	53
	<u>119</u>	<u>53</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre arrendamento	(6.750)	-
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(67)	(3)
	<u>(6.817)</u>	<u>(3)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(6.698)</u>	<u>50</u>

14 Riscos e instrumentos financeiros***a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança***

Os principais fatores de risco a que a Sociedade está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo Conselho de Administração (“CA”) da Ultrapar (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e commodities), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(i) A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

(ii) O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

(iii) A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

O CAR assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

b. Risco de juros

A Sociedade adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

b.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
DI			
Equivalentes de caixa	3	19.894	3.801
Posição líquida ativa em DI		19.894	3.801
		<hr/>	<hr/>
Posição líquida ativa exposta a juros pós fixados		19.894	3.801
		<hr/>	<hr/>

b.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As tabelas abaixo demonstram a despesa incremental e a redução de receita que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

	Risco	31/12/2020		
		Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa	Elevação DI	17	44	87
Despesa incremental		17	44	87

c. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos) e aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 3).

c.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade por insolvência. A Sociedade executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades e aplicações financeiras são mantidas somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades e aplicações financeiras são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade possuía saldos em equivalentes de caixa nos montantes de R\$ 20.784 e R\$ 3.888, respectivamente.

c.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

	Valor Justo	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Rating de crédito da contraparte</u>		
AAA	20.784	3.888
Total	20.784	3.888

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações. A Sociedade acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade examina, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade acredita possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possuía R\$ 20.784 em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 3).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 da Sociedade, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores nacionais	7.670	7.670	-	-	-
Arrendamentos a pagar	160.290	27.381	54.762	55.990	22.157

e. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. Para informações sobre o endividamento futuro da Sociedade vide nota explicativa nº 16.b.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***f. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

	Categoria	Notas explicativas	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	3	890	890	87	87
	Mens. ao valor justo					
Títulos de renda fixa em moeda nacional	por meio de outros resultados abrangentes	3	19.894	19.894	3.801	3.801
Total			<u>20.784</u>	<u>20.784</u>	<u>3.888</u>	<u>3.888</u>
Passivos financeiros:						
Fornecedores	Custo amortizado	9	7.670	7.443	1.789	1.755
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	7	127.071	127.071	-	-
Total			<u>134.741</u>	<u>134.514</u>	<u>1.789</u>	<u>1.755</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- Os saldos contábeis de fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.

O valor justo de títulos de renda fixa em moeda nacional e arrendamentos a pagar foi apurado por meio de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade pode utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de títulos de renda fixa em moeda nacional classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 3). Caixa e bancos estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

f.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade:

	Categoria	Notas explicativas	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	3	890	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	19.894	-	19.894
Total			<u>20.784</u>		
Passivos financeiros:					
Fornecedores	Custo amortizado	9	7.443	-	-
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	7	127.071	-	-
Total			<u>134.514</u>		

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	Notas explicativas	31/12/2019	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	3	87	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	3.801	-	3.801
Total			<u>3.888</u>		
Passivos financeiros:					
Fornecedores	Custo amortizado	9	<u>1.755</u>	-	-
Total			<u>1.755</u>		

15 Compromissos

a. Cobertura de seguros

Durante a fase de construção do terminal, a Sociedade está amparada por apólices visando cobrir os diversos riscos aos quais está exposta, incluindo Obras Cíveis em Construção e Instalação e Montagem com valor máximo indenizável de R\$ 295 milhões, R\$ 100 milhões para danos a terceiros e R\$ 15 milhões para riscos ambientais.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Ultrapar e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 250 milhões (equivalentes a R\$ 1.299 bilhões em 31 de dezembro de 2020), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores para indenizar os membros do CA, CF, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 416 milhões em 31 de dezembro de 2020), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, riscos cibernéticos, entre outros

b. Arrendamento de áreas portuárias

Em 5 de abril de 2019, a Tequimar venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Tequimar por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a Sociedade. Os investimentos estimados em relação à participação da Tequimar totalizam, aproximadamente, R\$ 306 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

16 Eventos subsequentes

a. Esclarecimentos sobre o incidente cibernético

A Sociedade sofreu em 11 de janeiro de 2021 um ataque cibernético do tipo *ransomware* em seu ambiente de tecnologia da informação.

Como medida preventiva, a Sociedade interrompeu seus sistemas, afetando parcialmente, por um curto intervalo de tempo, as operações. De imediato, foram adotadas todas as medidas de segurança e de controle para sanar o ocorrido e, a partir de 14 de janeiro de 2021, os sistemas operacionais da Sociedade começou a ser gradualmente restabelecidos, com cautela e segurança, conforme ordem de prioridade e relevância de cada processo afetado. Desde 25 de janeiro de 2021, conforme comunicado ao mercado naquela data, todos os sistemas críticos de informação da Sociedade e de suas controladas encontram-se em pleno funcionamento.

Durante as investigações em curso, a Sociedade identificou cópia não autorizada e divulgação de certos dados e está apurando a quantidade de informações exfiltradas e/ou divulgadas, bem como a existência de impactos sobre seus negócios e terceiros, a fim de adotar as medidas cabíveis.

De acordo com a apuração feita até esta data, a Sociedade não espera efeitos relevantes nos seus resultados em decorrência deste incidente. A Sociedade possui apólice de seguro específica para incidentes cibernéticos, a qual já foi devidamente acionada.

b. Emissão de R\$360 milhões em Debêntures

Em 19 de março de 2021 a Sociedade captou recursos referentes à primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única no montante de R\$360 milhões, com vencimento em 15 de março de 2028 e encargos financeiro de IPCA + 4,04% a.a., pagos semestralmente. A Companhia contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 111,4% do DI.